ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA DA COVID-19 2.0

Divulgação: 12 de novembro de 2020

Visite o site: transparenciacovid19.ok.org.br



BOLETIM ESPECIAL | AMAZÔNIA #03

Testes e leitos na Amazônia Legal: onde ainda falta transparência

No terceiro boletim da série especial sobre a região, OKBR faz balanço do monitoramento da infraestrutura de saúde para enfrentamento da Covid-19, desde o início da pandemia até outubro



RESUMO EXECUTIVO

- → 7 das 9 capitais da Amazônia têm pelo menos um indicador de infraestrutura de saúde que **nunca foi publicado desde o início da avaliação**.
- → Capitais apresentam baixa transparência sobre **quantidade de leitos operacionais** (38%) e **ocupados** (38%) nas redes de saúde de todo o país; na Amazônia, o cumprimento é de 44% e 39%, respectivamente.
- → A quantidade de testes disponíveis é a informação menos divulgada por capitais, tanto da Amazônia (33%) quanto de outras regiões (31%).
- → Transparência sobre capacidade de testagem é 11 pontos percentuais maior em estados da Amazônia Legal que média geral do país.
- → Capitais da região se destacam no detalhamento de casos por unidade de saúde, 16 pontos percentuais à frente da média nacional.

Neste terceiro **Boletim Especial do Índice de Transparência da Covid-19 (ITC-19) sobre a Amazônia**, a Open Knowledge Brasil (OKBR) traz os dados de infraestrutura de saúde nos nove estados e capitais da Amazônia Legal para o centro da análise. A série tem apoio da Hivos, por meio de sua iniciativa Todos os Olhos na Amazônia. Em geral, a análise identificou indicadores melhores para os dados da região em relação à média nacional, mas com gargalos tão profundos quanto os de outras regiões do país para temas fundamentais como a transparência sobre testes disponíveis.

Esses indicadores ajudam a compreender de forma mais apurada a estrutura de que os governos dispõem para diagnosticar e tratar a doença. "Localidades com menor capacidade de testagem podem apresentar menor quantidade de casos confirmados, levando à falsa impressão de que o contágio está controlado", explica Danielle Bello, coordenadora de Advocacy e Pesquisa da OKBR. "Já as taxas de ocupação de leitos, inclusive não somente os específicos para Covid-19, são informações decisivas para estabelecer flexibilizações e suspensões de atividades", ressalta.

O <u>Boletim Especial Amazônia</u> #02 revelou que parte dessas informações **nunca** chegou a ser publicada por alguns entes no período de avaliação do ITC-19, de julho a outubro.

INDISPONIBILIDADE DE DADOS DE INFRAESTRUTURA DE SAÚDE EM ESTADOS DA AMAZÔNIA LEGAL

ESTADO	NÃO PUBLICADOS ATÉ O MOMENTO
Maranhão	 Testes disponíveis; Capacidade de testagem; Leitos clínicos e UTI operacionais - geral; Leitos clínicos e UTI ocupados - geral; Quantidade de casos por unidade de saúde
Mato Grosso	Leitos clínicos e UTI operacionais - geral;Leitos clínicos e UTI ocupados - geral;
Pará	- Quantidade de casos por unidade de saúde

INDISPONIBILIDADE DE DADOS DE INFRAESTRUTURA DE SAÚDE EM CAPITAIS DA AMAZÔNIA LEGAL

CAPITAL	NÃO PUBLICADOS ATÉ O MOMENTO
Belém (PA)	- Leitos clínicos e UTI ocupados - geral;
Boa Vista (RR)	 Testes aplicados; Testes disponíveis; Capacidade de testagem; Leitos clínicos e UTI operacionais - geral; Leitos clínicos e UTI ocupados - geral;
Cuiabá (MT)	Testes disponíveis;Capacidade de testagem;Leitos clínicos e UTI operacionais - geral;
Palmas (TO)	 Testes disponíveis; Capacidade de testagem; Leitos clínicos e UTI operacionais - geral; Quantidade de casos por unidade de saúde
Porto Velho (RO)	Testes disponíveis;Capacidade de testagem;
Rio Branco (AC)	 Testes aplicados; Testes disponíveis; Capacidade de testagem; Leitos clínicos e UTI operacionais - geral; Leitos clínicos e UTI ocupados - geral; Leitos clínicos e UTI operacionais - Covid-19; Leitos clínicos e UTI ocupados - Covid-19;
São Luís (MA)	Leitos clínicos e UTI operacionais - geral;Leitos clínicos e UTI ocupados - geral;

VAI-E-VEM DE DADOS

Apesar de não constarem da lista de ausências, alguns entes também tiveram, no período, problemas com desatualização ou informações desencontradas. O Pará disponibilizou informações sobre leitos clínicos e de UTI operacionais e ocupados na rede de saúde apenas no período da primeira avaliação do ITC-19 2.0. Posteriormente, as informações não foram mais localizadas.

Dentre as capitais, caso semelhante ocorreu com Cuiabá (MT), que disponibilizou informações sobre leitos clínicos e de UTI ocupados na rede de saúde apenas no período da primeira avaliação, deixando de publicá-las na sequência. O mesmo ocorreu com as informações sobre quantidades de casos por unidade de saúde na capital, disponibilizadas apenas em um dos períodos de avaliação. Esse indicador também foi apresentado por Porto Velho (RO) somente na primeira avaliação.

Outra situação identificada foi a ausência de alguns indicadores que vinham sendo publicados desde o início das medições e não foram localizados apenas na última rodada, realizada na segunda quinzena de outubro: Roraima deixou de publicar dados sobre leitos clínicos e de UTI operacionais e ocupados na rede de saúde.

Por fim, há o caso de Palmas (TO), que desde o final de agosto deixou de publicar dados sobre leitos destinados a casos de Covid-19 ainda disponíveis, e na última avaliação publicou informações parciais sobre a ocupação geral de leitos.

POR QUE MONITORAR A TAXA DE OCUPAÇÃO DE LEITOS

Entenda a ampliação dos critérios sobre leitos utilizadas pela avaliação do ITC-19

No início da pandemia do novo coronavírus, uma das principais preocupações manifestadas na imprensa e por especialistas da área de saúde e infectologia dizia respeito à capacidade dos sistemas de saúde de acolherem a demanda por leitos clínicos e de UTI.

Um dos indicadores para monitorar a capacidade de atendimento da população é a taxa de ocupação desses leitos. Para monitorar essa informação, no primeiro formato de avaliação do Índice buscou-se analisar dados sobre a taxa de ocupação de leitos, tomada pela relação entre o total de leitos disponíveis e aqueles ocupados. Assim, eram mais bem avaliados os entes que dispunham dessa informação, especialmente quando informavam não apenas os leitos para o tratamento da Covid-19 (0,5 pontos), mas também os leitos gerais (1 ponto).

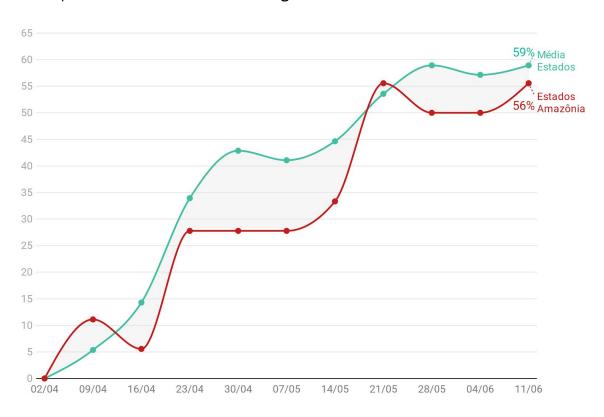


No lançamento do Índice de Transparência da Covid-19, em abril, o quesito foi zerado por todos os entes avaliados. O critério só atingiria 50% de cumprimento no final do mês seguinte, com os estados da Amazônia oscilando um pouco abaixo da pontuação média geral. À época, 15 estados do país já apresentavam propostas de flexibilização das medidas de isolamento decorrentes da pandemia, cinco deles na região Amazônica.

Na última avaliação da primeira versão do ITC-19, em junho, os estados da Amazônia tinham nível de cumprimento de 56%, três pontos percentuais a menos que o total de estados.

MÉDIAS DE CUMPRIMENTO DA TAXA DE OCUPAÇÃO DE LEITOS (ABRIL A JUNHO)

Comparativo entre os estados da região Amazônica e o total de estados avaliados



Fonte: Índice de Transparência da Covid-19 1.0 da OKBR.

AUMENTA A COBRANÇA POR INFORMAÇÕES SOBRE LEITOS

Na segunda fase do ITC-19, o tema ganha dois novos critérios para aprofundar análise, observando a disponibilidade de leitos destinados a casos de Covid-19. A existência de leitos e sua disponibilidade na rede de saúde como um todo também passam a ser consideradas separadamente.



"Olhando apenas para a taxa de ocupação dos leitos de Covid-19, não seria possível avaliar quando uma gestão, sob pressão por reabertura, decidisse dedicar mais leitos exclusivos para Covid-19, sem dar transparência à situação de atendimento de outras doenças, que ficaria pior", explica Danielle. Isso, de acordo com a coordenadora de Advocacy e Pesquisa da OKBR, também poderia levar à conclusão enganosa de que os casos estariam diminuindo.

Passaram a ser cobrados em critérios separados os dados sobre leitos hospitalares ocupados e operacionais, tanto aqueles exclusivos para Covid-19, como o total existente na rede de saúde, permitindo compreender de forma mais ampla os efeitos da doença sobre todo o sistema de saúde. No quadro abaixo, confira a comparação da média de cumprimento dos quatro indicadores entre os estados e capitais da Amazônia e o total nacional.

AMAZÔNIA LEGAL APRESENTA ÍNDICES DE TRANSPARÊNCIA MAIORES QUE OS NACIONAIS NO QUESITO LEITOS

Avaliadas há menos tempo, capitais apresentam pior desempenho neste quesito. Transparência sobre leitos gerais existentes e disponíveis na rede de saúde ainda é insuficiente em ambas as esferas federativas.



Fonte: Índice de Transparência da Covid-19 2.0 da OKBR.

Nesse quesito, os dados sobre leitos operacionais e ocupados dedicados exclusivamente para a Covid-19 são os itens com melhor taxa de cumprimento entre estados e capitais. Há mais tempo sob monitoramento, todos os estados informam hoje os leitos ocupados por conta da pandemia, e a maior parte deles informa também

os disponíveis. Os dois critérios são plenamente atendidos pelos estados da Amazônia Legal.

Além de terem começado a divulgar informação tardiamente, as capitais também podem enfrentar mais dificuldade que os estados para obter informações sobre equipamentos e recursos que não estão sob sua gestão direta. "Em um mesmo território, coexistem unidades de saúde e redes geridas por diferentes entes, especialmente estaduais, e nem sempre se articulam e trocam informações", avalia Fernanda Campagnucci, diretora-executiva da OKBR. "Isso pode impactar na transparência, mas é preocupante pensar que não tenham esses dados para seu próprio planejamento".

Mesmo que as capitais ainda não atinjam o mesmo nível de cumprimento, houve melhora significativa no período monitorado, em especial considerando as capitais da região Amazônica: elas superam as médias gerais de transparência nos dados sobre leitos para Covid-19 tanto ocupados (89%, contra 87%) quanto no total de leitos operacionais (78%, contra 65% da média nacional).

PANORAMA DA TRANSPARÊNCIA SOBRE TESTES

Importante para determinar ritmo dos processos de reabertura, transparência sobre testes avança mais rápido entre estados que capitais



A transparência sobre testes teve uma evolução lenta entre os entes avaliados na primeira versão do ITC-19. Um mês após o início das rodadas de avaliação, apenas

quatro estados publicavam dados sobre <u>testes disponíveis</u>, nenhum deles na Amazônia Legal.

Nas primeiras avaliações eram monitorados os dados sobre testes aplicados e disponíveis. A proporção de testes aplicados diante do número de habitantes é um indicador importante para avaliar a confiabilidade do número de casos detectados pelo sistema de saúde.

A transparência sobre testes aplicados teve a melhor evolução, chegando a 89% de cumprimento na média geral, com estados da Amazônia legal atingindo 100%. O gargalo foi encontrado na divulgação de testes disponíveis, com apenas 44% na região, 17 pontos percentuais abaixo da média dos estados.

De acordo com Fernanda, a falta de transparência desses indicadores de testes disponíveis revela um problema maior, relacionado à gestão da informação e logística. "Isso indica a dificuldade que os entes têm para monitorar estoques", avalia. "Às vezes o estado não sabe quantos testes os municípios já usaram, às vezes o próprio município não sabe quantos testes as unidades de saúde em seu território ainda têm".

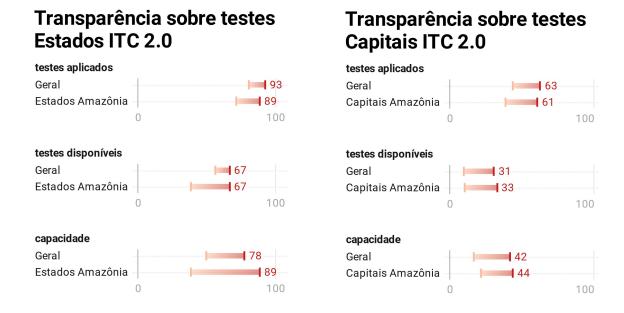
Transparência sobre testes Estados ITC 1.0



Fonte: Índice de Transparência da Covid-19 1.0 da OKBR.

PRÓXIMAS DAS MÉDIAS NACIONAIS, CAPITAIS DA AMAZÔNIA LEGAL DIVULGAM POUCA INFORMAÇÃO SOBRE TESTES

Nas avaliações realizadas de julho a outubro, estados da região se mantêm próximos às médias nacionais, com vantagem em relação à capacidade de testagem



Fonte: Índice de Transparência da Covid-19 2.0 da OKBR.

Na segunda edição do ITC-19, foi incluído o critério "capacidade de testagem", que permite estimar o ritmo de diagnóstico dos novos casos. Foram mantidos os critérios anteriores, que passaram a atribuir maior pontuação para os entes que especificam o tipo dos testes de que dispõem. "Esta diferenciação é importante, pois os resultados dos testes RT-PCR possuem maior confiabilidade que os testes rápidos", pontua Danielle.

A disponibilização da capacidade de testagem é destaque entre os estados da região Amazônica, 11 pontos percentuais à frente da média geral. Já entre as capitais, o critério ainda apresenta baixo atendimento. Com exceção aos testes aplicados, em que a média geral e as capitais da região amazônica pontuam de forma similar (63% e 61%, respectivamente), as capitais não atingiram 50% de cumprimento médio nos tópicos relacionados a testes.

A avaliação mais recente (22/10) revelou que 16 capitais brasileiras (62%) não divulgam qualquer tipo de informação sobre testes disponíveis da Covid-19; apenas seis (23%) divulgam informação especificando o tipo de teste (rápido ou RT-PCR). Confira na tabela abaixo a comparação da quantidade de capitais por nível de cumprimento dos três quesitos, com destaque para a região da Amazônia Legal (a lista detalhada pode ser consultada na <u>6ª edição do boletim</u>)

COMO AS CAPITAIS DIVULGAM INFORMAÇÕES SOBRE OS TESTES?

TESTES DISPONÍVEIS

Quantidade de testes de que a Prefeitura dispõe, incluindo detalhamento por tipo (Teste Rápido, RT-PCR). Se não detalha o tipo, a pontuação é parcial.

DIVULGAM	DIVULGAM PARCIALMENTE	NÃO DIVULGAM
Total de capitais: 06	Total de capitais: 04	Total de capitais: 16
Região Amazônica : 02	Região Amazônica : 02	Região Amazônica : 05

TESTES APLICADOS

Quantidade de testes já realizada na cidade, incluindo detalhamento por tipo (Teste Rápido, RT-PCR). Se não detalha o tipo, a pontuação é parcial.

DIVULGAM	DIVULGAM PARCIALMENTE	NÃO DIVULGAM
Total de capitais: 14	Total de capitais: 05	Total de capitais: 07
Região Amazônica : 04	Região Amazônica : 03	Região Amazônica : 02

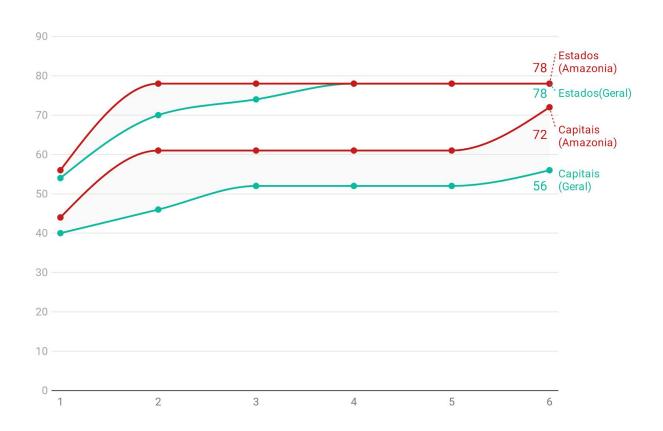
CAPACIDADE DE TESTAGEM

Quantidade de testes que a Prefeitura consegue realizar por semana ou dia, especificando o tipo de laboratório (público e/ou privado contratado).

DIVULGAM	NÃO DIVULGAM
Total de capitais: 11	Total de capitais: 15
Região Amazônica : 04	Região Amazônica : 05

CAPITAIS DA AMAZÔNIA LEGAL SÃO MAIS TRANSPARENTES EM RELAÇÃO À QUANTIDADE DE CASOS POR UNIDADE DE SAÚDE

Cidades estão 16 pontos percentuais à frente da média nacional. Estados apresentam bom desempenho, mas sem evolução desde o fim de julho. Indicador passou a ser considerado na segunda fase do ITC-19.



Fonte: Índice de Transparência da Covid-19 2.0 da OKBR.

SOBRE O ITC-19

O Índice da Transparência da Covid-19 nos estados, União e capitais leva em conta três dimensões e 26 critérios:

Dimensão	Descrição
CONTEÚDO	São considerados itens como idade, sexo, raça/cor e hospitalização dos pacientes confirmados, além de dados sobre a infraestrutura de saúde, como ocupação de leitos, testes disponíveis e aplicados.
GRANULARIDADE	Avalia se os casos estão disponíveis de forma individual e anonimizada; além do grau de detalhamento sobre a localização (por município ou bairro, por exemplo).
FORMATO	Consideram-se pontos positivos a publicação de painéis analíticos, planilhas em formato editável e navegação simples.

Base de dados completa com a avaliação detalhada de cada estado e União.

Base de dados completa com a avaliação detalhada de cada capital.

Nota metodológica com o detalhamento dos critérios de avaliação.

O Índice de Transparência da Covid-19 da OKBR foi lançado em 3 de abril de 2020 e, até junho, foi atualizado com periodicidade semanal. Em sua segunda fase, a partir de julho, o ITC passou a monitorar o dobro de indicadores com periodicidade quinzenal, além de incluir as capitais na avaliação. Nessa nova versão, as publicações intercalam os resultados de União e estados e os das prefeituras.

A partir do final de setembro, a avaliação passa a ser mensal. Nesta fase, com foco na qualidade dos dados, também são produzidos boletins especiais e temáticos.

No dia 21 de maio de 2020, a Transparência Internacional Brasil (TI Brasil) divulgou um ranking próprio, com atualização mensal, em que avalia a situação da divulgação de recursos públicos para enfrentamento à Covid-19. Conheça.

SOBRE A OKBR

A OKBR, também conhecida como Rede pelo Conhecimento Livre, é uma

organização da sociedade civil sem fins lucrativos e apartidária que atua no país desde 2013. Desenvolvemos e incentivamos o uso de tecnologias cívicas e de dados abertos,

realizamos análises de políticas públicas e promovemos o conhecimento livre para

tornar a relação entre governo e sociedade mais transparente e participativa.

Saiba mais no site: http://br.okfn.org

SOBRE A HIVOS

Hivos é uma organização não governamental, humanista e internacional.

Juntamente com parceiros locais e internacionais, a organização busca contribuir para um mundo livre, justo e sustentável, no qual as pessoas possam acessar recursos e ter

o poder de controlar suas vidas e seu futuro. Hivos acredita na criatividade e

capacidade individual das pessoas. Qualidade, cooperação e inovação fazem parte dos

conceitos da nossa filosofia.

Saiba mais no site: https://latin-america.hivos.org

CONTATO PARA IMPRENSA

imprensa@ok.org.br

16